

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2921239620201127170415

Processo 0822766-70.2020.8.23.0010 ☆ - (84 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

36 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 36

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por	
	36	27/11/2020 17:04:15	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/11/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>36.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2751654IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf</div><div>Público</div></div>				
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de RONE PETERSON SOUSA NUNES)	
35	16/11/2020 00:01:09	em 16/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (04/11/2020) e ao evento de expedição seq. 32.	SISTEMA CNJ	
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (04/11/2020) e ao evento de expedição seq. 33.	
34	12/11/2020 23:04:50		JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador	
			EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (04/11/2020)	
33	04/11/2020 12:28:12		Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário	
			EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de RONE PETERSON SOUSA NUNES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (04/11/2020)	
32	04/11/2020 12:28:12		Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário	
	31	04/11/2020 10:41:43	JUNTADA DE LAUDO	PEDRO DI GIOVANNI Perito
			DECORRIDO PRAZO DE RONE PETERSON SOUSA NUNES (P/ advgs. de RONE PETERSON SOUSA NUNES *Referente ao evento (seq. 9) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (23/09/2020) e ao evento de expedição seq. 11.	
30	29/10/2020 00:01:09		SISTEMA CNJ	
			DECORRIDO PRAZO DE RONE PETERSON SOUSA NUNES (P/ advgs. de RONE PETERSON SOUSA NUNES *Referente ao evento (seq. 14) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (28/09/2020) e ao evento de expedição seq. 16.	
29	17/10/2020 00:04:19		SISTEMA CNJ	
	28	15/10/2020 14:31:10	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08227667020208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RONE PETERSON SOUSA NUNES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 25 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR